



Aprovada pelo Senado, Lei de Mediação visa desafogar Justiça

Moreira Manz/Agência Senado



Projeto prevê a solução de conflitos por meio de acordos antes que as questões sejam decididas pelos tribunais

A proposta, que regulamenta a mediação judicial e extrajudicial, segue para sanção da Presidência da República. O texto define mediação como atividade técnica exercida por pessoa imparcial, sem poder de decisão, que auxilia as partes envolvidas a encontrarem soluções consensuais. Pelo projeto, qualquer conflito pode ser mediado, exceto casos de filiação, adoção, poder familiar, invalidade de matrimônio, interdição, recuperação judicial ou falência. **3**

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, proposta contribui com o Judiciário ao estabelecer alternativa para solução de impasses menos graves

Relator quer esporte com lei de responsabilidade fiscal

O relator da comissão mista que analisa a MP do Futebol, deputado Otavio Leite, apresentou na versão preliminar de seu relatório uma Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, que estabelece limites para o endividamento dos clubes esportivos. **7**

Procurador critica composição de órgão da Receita sob suspeita 5

Só torcedor violento poderá ter entrada proibida em estádio 7

Entram em vigor novos direitos das domésticas

A presidente Dilma Rousseff sancionou a regulamentação dos novos direitos dos trabalhadores domésticos, aprovada em maio pelo Senado. Entre as conquistas, que beneficiam cerca de 7 milhões de profissionais, estão o pagamento de horas extras e de FGTS. **8**

Indicados para integrar o Cade recebem aval dos senadores 4

Comissão do Pacto Federativo se divide em grupos temáticos 3



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Senadores assistem a audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia: contagem regressiva para o fim da TV analógica

Pobre terá acesso à TV digital, diz governo

Em audiência ontem no Senado, Emílio José, um dos secretários do Ministério das Comunicações, afirmou que os 14 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família receberão antenas e conversores

de TV digital de graça. A medida é necessária porque o desligamento do sinal analógico no país está previsto para novembro de 2018. Quem tiver aparelhos analógicos não conseguirá mais ver televisão. **6**

Debater com energia para o Brasil não ficar no escuro.

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista Em Discussão! Neste número, os debates e entrevistas sobre os desafios para a geração de energia elétrica no contexto da crise hídrica. A busca por alternativas para diversificar a matriz energética do Brasil.

Em Discussão! Informação e novas ideias.



Secom | Publicidade e Marketing



Marcos Oliveira/Agência Senado

Falta de chuvas prejudica hidrelétricas e requer acionamento de usinas térmicas como a Rômulo Almeida (BA), mais caras

Revista analisa política energética e crise hídrica

Uma radiografia do setor elétrico do país, que enfrenta a escassez de chuvas nos reservatórios das hidrelétricas e forte aumento de preços, é o tema da 25ª edição da *Em Discussão!*, a ser lançada hoje

A NOVA EDIÇÃO da revista *Em Discussão!* será lançada hoje, às 8h30, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Nesse 25º número, a revista traça um panorama do setor elétrico do país em tempos de crise hídrica e de forte aumento de preços.

No evento, também será apresentado um trecho do programa *Em Discussão!*, produzido pela TV Senado com base em audiência pública realizada na CI com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, senador licenciado. O programa de 27 minutos irá ao ar no sábado, às 23h30, e depois será reprisado.

Desde o fim do ano passado, o brasileiro vem sendo apresentado à real situação da produção de energia elétrica do país: os aumentos de preço até agora superam os 30%.

Depois da contenção de preços feita em 2012 e da falta de chuvas, que baixa os reservatórios e requer o acionamento das termelétricas, mais caras, as tarifas se

reencontram com os custos num momento delicado, de ajuste fiscal e recessão.

Além das propostas em tramitação no Senado e do pensamento dos senadores sobre a questão, a revista apresenta um retrato detalhado da situação atual e do modelo econômico do setor elétrico. Também mostra alternativas no mundo que podem inspirar um novo modelo para o Brasil.

Desde março, o Senado recebeu três ministros que abordaram o assunto. Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento, disseram, na Comissão de Assuntos Econômicos, que o Tesouro Nacional não poderia seguir suportando os subsídios às contas de luz fixados pela Medida Provisória 579, baixada em setembro de 2012, pela qual se concedeu um desconto médio de 20% nas tarifas.

No dia 8 de abril, o ministro Eduardo Braga seguiu na mesma linha em reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com outros

colegiados. Além de tratar do “realismo tarifário”, acenou com inovações para reduzir a dependência das usinas hidrelétricas e das termelétricas.

Os lagos das Usinas de Balbina, no Amazonas, e de So Bradinho, na Bahia, foram os escolhidos para os primeiros testes com painéis solares fotovoltaicos flutuantes. O anúncio dessa nova tecnologia se deu no contexto de um alerta aos senadores:

— A crise hídrica não passou e temos de tomar medidas para nos contrapormos a esse quadro — explicou Braga.

Ele disse, entretanto, que a situação atual não se compara à de 2001, quando os reservatórios estavam mais cheios, mas não havia linhas de transmissão suficientes nem a energia das termelétricas para fazer frente a lacunas na geração da fonte principal.

Veja o site e o vídeo da revista: www.senado.leg.br/emdiscussao
<http://bit.ly/VideoEmDiscussao25>

Plenário elege integrantes do Conselho de Ética

O Plenário elegeu ontem os novos integrantes do Conselho de Ética do Senado nos próximos dois anos. Segundo acordo dos líderes, a presidência fica com João Alberto Souza (PMDB-MA) — o nome deve ser confirmado em eleição.

Representando o Bloco de Apoio ao Governo, foram indicados José Pimentel (PT-CE), Regina Sousa (PT-PI) e Lasier Martins (PDT-RS). O Bloco da Maioria

indicou Romero Jucá (PMDB-RR), Otto Alencar (PSD-BA) e Sérgio Petecão (PSD-AC), além de João Alberto. Pelo Bloco da Oposição, foi nomeado Wilder Moraes (DEM-GO). Pelo Bloco Socialismo e Democracia, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP). O Bloco União e Força indicou Elmano Férrer (PTB-PI).

O conselho zela pelo cumprimento do Código de Ética.

Parlamentares pedem solução para terra indígena

Integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária pediram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que coloque na pauta do Plenário a PEC 71/2011, que permite indenizar quem possui títulos de domínio expedidos até 5 de outubro de 1988 relativos a terras declaradas indígenas.

De acordo com o grupo de quatro senadores e 11 deputados, a PEC colaboraria para resolver grande parte

dos conflitos entre brancos e índios por causa da desapropriação de terras.

— A questão é grave e precisamos encontrar um caminho constitucional para resolver isso — disse Renan.

Eles pediram que Simone Tebet (PMDB-MS) seja a relatora da PEC em Plenário, uma vez que Mato Grosso do Sul tem a maior população indígena e registra 40% dos conflitos do país.

Senado presta solidariedade ao povo armênio por massacre na 1ª Guerra

O Plenário aprovou ontem um voto de solidariedade ao povo armênio no centenário da campanha de extermínio de sua população. Ao aprovar requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Serra (PSDB-SP), o Senado presta homenagem às vítimas e reconhece a contribuição para a formação econômica, social e cultural do Brasil dada por milhares de brasileiros descendentes de refugiados.

O genocídio teve início em abril de 1915, na 1ª Guerra Mundial, e se estendeu por dois anos. Em cidades do Império Turco-Otomano, toda a população armênia masculina foi reunida à força e executada. Estima-se que 1,5 milhão de armênios tenham sido assassinados.

Aloysio ressaltou ser necessário que a Turquia reconheça

o crime de genocídio e estabeleça um diálogo produtivo com a Armênia de hoje:

— Que signifique o compromisso de que isso nunca mais se repetirá.

As razões invocadas para o massacre foram a alegada traição dos armênios, que teriam colaborado com o exército russo na guerra, e a necessidade de limpeza racial para converter a Turquia, multirracial, numa nação uniformemente turca.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou que o crime seja pouco lembrado. Serra afirmou:

— Todos devem ser lembrados, seus responsáveis execrados, suas causas e motivações sempre pesquisadas e analisadas, suas brutalidades reconstituídas, suas vítimas homenageadas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armênios que viviam no Império Turco-Otomano: população dizimada

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI *Em Discussão!*

8h30 Lançamento da revista *Em Discussão!*, com o tema “O desafio da energia: saídas para a geração de eletricidade”.

CAS Agência de Vigilância Sanitária

9h Indicação de Fernando Mendes Garcia para diretor da Anvisa; em seguida, audiência sobre a psoríase no Brasil.

CDR Benefício em calamidades

9h Na pauta, projeto que dá benefício a famílias em eventuais calamidades.

CRE Lei de Migração

9h Entre itens da pauta, turno suplementar do projeto da Lei de Migração e indicação de embaixador para o Senegal e, cumulativamente, para Gâmbia.

CCJ Indicação ao CNMP

10h Indicação de Antônio Pereira Duarte para o Conselho Nacional do Ministério Público. Em seguida, pauta de 16 itens.

CMA Crise hídrica

10h Audiência pública sobre a crise hídrica no Brasil. Entre os convidados, o coordenador nacional do Programa Uma Terra e Duas Águas, Antônio Gomes Barbosa.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, a PEC 33/2014, que inclui a segurança pública entre as competências comuns de União, estados e municípios.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

14h Renan Calheiros preside a ordem do dia do Plenário.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova solução mediada de conflitos

Projeto pretende desafogar as prateleiras da Justiça por meio de acordos antes da decisão dos tribunais. Partes podem optar por mediação mesmo com processo já em curso

O SENADO APROVOU ontem projeto de lei que regulamenta a mediação judicial e extrajudicial como forma de solução de conflitos. O objetivo é desafogar a Justiça por meio de acordos, antes mesmo de uma decisão nos tribunais. O projeto vai a sanção presidencial.

O texto aprovado define a mediação como atividade técnica exercida por pessoa imparcial, sem poder de decisão, que auxilia as partes envolvidas a encontrarem soluções consensuais.

Votado em regime de urgência, o substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 9/2015 ao Projeto de Lei do Senado (PLS 517/2011), de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), estabelece que qualquer conflito pode ser mediado, inclusive na esfera da administração pública. Não podem ser submetidos à mediação, no entanto, os casos que tratem de filiação, adoção, poder familiar, invalidade de matrimônio, interdição, recuperação judicial ou falência.

Entre as modificações feitas pela Câmara, José Pimentel (PT-CE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), destacou no seu parecer em Plenário a adequação da Lei da Mediação ao novo Código de Processo Civil e a garantia de gratuidade para as pessoas pobres.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, as Leis da Mediação e da Arbitragem são instrumentos para desafogar o Judiciário por se tratarem



Adequação ao novo Código de Processo Civil e gratuidade garantida para pobres estão no texto aprovado em Plenário

de métodos alternativos para resolver impasses menos graves, caso das separações, divórcios e dos pequenos conflitos interpessoais.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou o acúmulo de processos e a importância dos métodos extrajudiciais para a resolução de controvérsias.

— A mediação se constitui em lição que merece ser conhecida por quem se empenha em construir uma sociedade onde prevaleçam a democracia e a paz social — afirmou.

Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou que a mediação vai eliminar etapas, solucionar problemas com agilidade e, ao mesmo tempo, com economia das custas processuais.

— E a principal das economias: as soluções chegarão rapidamente. Como as decisões no campo e na Previdência — disse o senador.

Pela proposta, pode ser mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz, que tenha

confiança das partes e que se considere capacitada para atuar. Será escolhido pelas partes ou, se indicado, deverá ser aceito. A ele se aplicam as hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

Regras para mediar

Também é proibido ser árbitro ou testemunha em processos judiciais ou arbitrais sobre conflito que tenha mediado.

No caso judicial, o mediador precisa ser graduado há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e ter obtido capacitação em escola ou entidade de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) ou pelos tribunais, observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça com o Ministério da Justiça.

Os tribunais deverão ter

cadastro com os mediadores e definirão a remuneração desses profissionais, a ser paga pelas partes do processo.

A proposta permite que as partes se submetam à mediação mesmo havendo já o processo arbitral ou judicial em curso. Nesse caso, elas devem requerer ao juiz ou ao árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual. No entanto, a suspensão não impede que o juiz ou o árbitro concedam medidas de urgência.

O mediador pode se reunir com as partes, em conjunto ou separadamente, ouvir terceiros e solicitar informações que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos e para o entendimento dos conflitantes.

A mediação termina quando é celebrado o acordo ou quando não se justificam novos esforços para obter o consenso, seja por declaração do mediador ou por manifes-

No caso da mediação extrajudicial, o mediador disciplina como será o procedimento e não há prazo definido para sua conclusão. A mediação judicial, por sua vez, deve durar até 60 dias, contados da primeira sessão, salvo se as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação.

Regime de urgência

A proposta possibilita a estados, Distrito Federal e municípios, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista federais, submeter seus litígios com órgãos ou entidades da administração pública federal à Advocacia-Geral da União, para fins de solução extrajudicial dos conflitos.

A proposta tramitava em regime de urgência e recebeu parecer da CCJ em Plenário. A matéria foi discutida por comissão de juristas instituída pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em 2013. Os juristas apresentaram dois anteprojetos: um sobre arbitragem e outro sobre mediação. O primeiro acabou dando origem ao PLS 406/2013, transformado em lei após sanção com vetos.

A outra proposta (PLS 407/2013) foi em conjunto com o PLS 517/2011, aprovado pelo Senado no fim de 2013, e encaminhado à Câmara, onde foi alterado na forma do substitutivo do relator da CCJ naquela Casa, Sergio Zveiter (PSD-RJ).

Comissão do Pacto Federativo terá três coordenações



A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo terá três coordenações temáticas: a de Finanças Estaduais, a de Finanças Municipais e a de Organização Administrativa e Serviços Públicos.

De acordo com o plano do relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), aprovado ontem, cada coordenação terá cinco senadores e um coordenador. A de Finanças Estaduais terá Lúcia Vânia (PSDB-GO) à frente, a de Finanças Municipais será coordenada por Ana Amélia (PP-RS) e a de Organização Administrativa e Serviços Públicos será representada por Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Bezerra explicou que foi feito um levantamento das demandas dos governos estaduais e municipais e das proposições que tramitam no Senado que já contemplam essas deman-



Entre Simone e Bezerra, Pinheiro diz que trabalho do colegiado será ágil

das. Posteriormente, o relator fez um agrupamento das proposições entre as três coordenações temáticas e identificou as demandas pendentes de iniciativa parlamentar. -

— Essa comissão não pode perder o sentido da urgência. Não estamos aqui para começar tudo de novo. Temos que identificar iniciativas que já podem ser levadas ao Plenário — disse Bezerra.

O presidente da comissão, Walter Pinheiro (PT-BA), explicou que esse trabalho vai permitir a agilidade nos trabalhos do colegiado.

— Não queremos fazer nada a galope, mas temos condição de entregar um novo pacto federativo para o país num curto espaço de tempo. A ideia é já apreciar as proposições em três situações: matérias prontas para serem levadas a Plenário, proposições que poderão ser objeto de consolidação ou apresentação de substitutivos, além de novas proposições. Temos inúmeras proposições e um colegiado qualificado que nos permite finalizar um trabalho com foco, qualidade e consistente — afirmou.

Responsabilização de municípios pela segurança pública é criticada

Começou a ser discutida pelo Plenário a Proposta de Emenda à Constituição 33/2014, que inclui a segurança pública entre as obrigações de competência comum entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Os senadores se manifestaram contra a responsabilidade dos municípios prevista no texto.

— Entendemos que os municípios não têm condição de ser coparticipantes dessa atividade. Eles já atravessam inúmeras dificuldades — alegou Benedito de Lira (PP-AL).

De acordo com a PEC, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a segurança pública passaria a figurar no artigo 23 da Constituição, que trata das competências comuns dos entes federativos. Ela também seria incluída no artigo 24, que fala dos temas sobre os quais tanto a União quanto os estados e o DF podem legislar.

Renan Calheiros informou que há uma emenda de Aloy-

sio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para suprimir os municípios do texto. A emenda, segundo Ronaldo Caiado (DEM-GO), foi assinada por vários senadores.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou o pedido dos prefeitos na marcha realizada em Brasília de que não fossem aprovados projetos que criassem programas ou políticas para municípios sem prever fonte de recursos. Renan reafirmou esse compromisso, tanto com os estados quanto com os municípios. Simone Tebet (PMDB-MS) declarou apoio à mudança.

Roberto Rocha (PSB-MA) informou que apresentará uma emenda ao texto para prever que a União promoverá o aporte de recursos necessários para viabilizar a responsabilidade comum.

O texto ainda terá de passar por quatro sessões de discussão antes de ser votado em primeiro turno.



Delcídio do Amaral (4º à esq.) coordena sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos para avaliar indicações de Macedo (E), Resende, Rodrigues, Cristiane e Silveira

Senado aprova indicados a Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Antes da votação em Plenário, nomes propostos pelo governo para integrarem o Cade foram sabatinados pelos senadores em comissão

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem os cinco indicados pela presidente Dilma Rousseff para comporem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pelos próximos quatro anos. Eduardo Frade Rodrigues será o novo superintendente-geral do órgão. João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira, Alexandre Cordeiro Macedo e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt serão conselheiros.

O grupo havia sido sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na manhã de ontem. Após a aprovação na comissão (todos tiveram 21 votos favoráveis e 1 contrário), os nomes foram levados ao Plenário.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), elogiou o grupo.

— É um time de excelente qualidade, à altura de responder por uma instituição tão importante quanto o Cade.

Na sabatina, os senadores destacaram o fato de os candidatos serem jovens, de perfil eminentemente técnico e com experiência na área acadêmica. Quatro deles são servidores concursados. Eduardo Frade Rodrigues tem 32 anos. João Paulo de Resende, 35; Paulo Burnier da Silveira, 33; Alexandre Cordeiro Macedo, 38; e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, 44.

A atuação do órgão em relação às empresas envolvidas na Operação Lava-Jato, que desmantelou um esquema de corrupção dentro da Petrobras, foi um dos pontos levantados, durante a sabatina, por José Medeiros (PPS-MT) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Rodrigues, que já ocupa interinamente o cargo de superintendente do Cade, explicou que o caso é prioridade para a instituição, que vem atuando desde o ano passado, quando surgiram as primeiras denúncias:

— Tivemos acesso à ação penal, instauramos inquérito administrativo e negociamos acordo de leniência com uma das empresas, que resultou numa contribuição valiosíssima. Temos total colaboração com o Ministério Público, que tem reconhecido nossa atuação do ponto de vista administrativo e penal. A equipe do Cade tem feito um trabalho excepcional, contribuído com as investigações. Nosso comprometimento em dar uma resposta com rigor é completo.

Resende, por sua vez, afirmou que os conselheiros vão suportar pressões e ressaltou que a maioria dos integrantes do Ministério Público e da Polícia Federal que atuam no caso são também jovens. Silveira disse que o Cade tem de cumprir sua função de forma rigorosa, mas dentro do que permite a legislação.

Com base em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*,

Reguffe (PDT-DF) quis saber se Macedo havia sido de fato indicado pelo PP e o que ele achava de indicações políticas para certos cargos públicos. O candidato negou a indicação e disse não ter filiação partidária:

— Não sou vinculado nem filiado ao PP e não considero minha indicação política. Ao contrário, acho que é técnica. Sou servidor de carreira da CGU e acredito que essa vinculação que se faz ao meu nome se dá devido ao fato de eu ter sido secretário-executivo no Ministério das Cidades na gestão do PP. Então, por óbvio, as pessoas vão fazer essa vinculação, mas não tenho filiação partidária — explicou.

Reguffe também indagou se Cristiane Schmidt teria a independência necessária para a função, visto que ela já trabalhou para uma instituição financeira.

— Sempre atuei de maneira muito técnica, equilibrada e ética. Assim o farei também no

Cade. E, se de alguma maneira me sentir impedida, por algum caso de alguma natureza, eu direi. Mas, regra geral, não me sinto nem um pouco constrangida em atuar agora desse lado do balcão — argumentou.

Acordo de leniência

Respondendo a dúvida de Benedito de Lira (PP-AL), os sabatinados defenderam a forma atual do acordo de leniência para investigações sobre cartéis no âmbito do Cade. Conforme o procedimento adotado, o primeiro a denunciar o grupo recebe vantagens em relação aos demais envolvidos, beneficiando-se de isenção de multas e de penalidades mais leves.

— É importante que isso seja dosado muito bem para que toda a lógica do acordo seja mantida e as empresas tenham incentivo para traírem o cartel e vir a fazer a denúncia. Pode ser que você reduza um pouco a pena de outros que colaborem, mas acho saudável que seja o primeiro que tenha o grande benefício da leniência — disse Resende.

Para Cristiane, esse é o incentivo correto para fazer alguém denunciar o cartel. Caso contrário, argumentou, ninguém toma a iniciativa de ser o primeiro a delatar.

— A pessoa vai esperar o primeiro delatar para ir adiante, a reboque, já que ela vai ter isenções tão boas quanto — disse.

A atuação dos planos de saúde também motivou questionamentos dos senadores.

— Já houve condenações por prática de cartel e abusos. Recentemente, o Cade atuou acompanhando condutas de hospitais e houve restrições a fusões e punição de cartéis. Havendo indício de ação coordenada para deixar de ofertar determinado serviço, o Cade acompanha — respondeu Rodrigues.

Rose de Freitas defende o fim do fator previdenciário

Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou que, mesmo que haja pressão para que a presidente Dilma Rousseff



vete o fim do fator previdenciário, o Congresso deve derubar o veto. Ela contou que o governo criou um comitê para propor alternativas ao sistema atual da Previdência e se baseia justamente nisso para justificar o veto.

Para a senadora, porém, o fator previdenciário deve mesmo ter fim, com apoio, inclusive, de senadores do PT como Paulo Paim (RS), Lindbergh Farias (RJ) e Walter Pinheiro (BA).

— Temos uma luta grande pela frente — afirmou.

Malta quer ouvir em CPI envolvidos em cirurgias fraudadas

Magno Malta (PR-ES) elogiou a operação da Polícia Federal em que foram presos médicos, empresários e



representantes comerciais envolvidos na realização desnecessária de cirurgias cardíacas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como presidente da CPI das Próteses, o senador anunciou que essas pessoas serão convocadas a depor na comissão.

Malta também falou sobre maioria penal, afirmando que não adianta reduzi-la de 18 para 16 anos. O senador defendeu projeto dele que reduz a maioria apenas em casos de crime hediondo.

Raupp destaca feira de agronegócios em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) falou em Plenário sobre a realização, em Ji-Paraná (RO), da 4ª edição da



Rondônia Rural Show, o maior evento de agronegócio na Região Norte, segundo o senador. Ele disse que o evento, que inicialmente era voltado para a agricultura familiar, hoje também atrai grandes investidores do agronegócio, gerando trabalho e investimentos na região.

Raupp destacou a produção rondoniense de gado, soja, café e cacau e o lançamento, ontem, do Plano Safra 2015-2016, com R\$ 187 bilhões para o agronegócio.

Os cinco indicados

► **EDUARDO FRADE RODRIGUES** Indicado para superintendente-geral. Tem 32 anos. Graduado em direito e em relações internacionais, também atua na área acadêmica. Entrou no serviço público em 2006, por meio de concurso, na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento. Atualmente, é superintendente-geral interino do Cade.

► **JOÃO PAULO DE RESENDE** Indicado para conselheiro. Tem 35 anos. Formado em administração pública, é doutorando em administração na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pertence aos quadros da carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento desde 2006, admitido por concurso. Também é professor.

► **PAULO BURNIER DA SILVEIRA** Indicado para conselheiro. Tem 33 anos. Formado em direito, é doutor pela Universidade de Paris. Exerceu advocacia privada no Brasil e na França e atuou como assessor internacional do Cade. Atualmente, é professor do Departamento de Direito da Universidade de Brasília (UnB), cargo para o qual foi aprovado em primeiro lugar.

► **ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO** Indicado para conselheiro. Tem 38 anos. Formado em economia e em direito e mestre em direito constitucional. Ingressou no serviço público por concurso no STJ em 2004. Em 2006, tornou-se analista de finanças e controle da CGU. Já foi assessor do corregedor-geral da União e secretário-executivo do Ministério das Cidades. Também tem experiência na área acadêmica.

► **CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT** Indicada para conselheira. Tem 44 anos. Bacharel em ciências econômicas, é mestre e doutora em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É professora e economista do Itaú Asset. Foi secretária-adjunta na área de defesa pela concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico, gerente-geral de Assuntos Corporativos da Embratel e economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.



Marlon Cajado, Oslain Santana, senadores Ataides Oliveira e Vanessa Grazziotin e Frederico Paiva ouvem explicações do presidente do Carf, Carlos Barreto (3º à esq.)

Debatedores criticam composição de órgão da Receita que julga recursos

Procurador diz que modelo, com participação igualitária de indicados pelo órgão e pelos contribuintes, é ineficiente e gera manipulações

A CPIQUE apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) registrou ontem, na sua primeira audiência, críticas ao modelo de composição paritária do órgão, com igual participação de conselheiros indicados pela Receita e pelos contribuintes.

Para o procurador regional da República Frederico Paiva, “a pretexto” de assegurar uma composição democrática, o sistema vinha servindo para que “pessoas mal-intencionadas” ocupassem cargos de conselheiro e passassem a “manipular” julgamentos.

— Nenhum país tem um órgão como o Carf: ou temos que exportar o modelo para outros países, porque ele é bom; ou a gente tem que repensar esse modelo — disse Paiva.

O procurador coordena a força-tarefa do Ministério Público Federal que apura denúncias de irregularidades nos julgamentos do órgão, integrado por 216 conselheiros, metade técnicos e auditores da Receita e a outra metade representantes de contribuintes

indicados por confederações econômicas. O Carf decide, administrativamente, sobre processos em que os contribuintes contestam tributos e multas cobradas pela Receita.

Investigações

Os julgamentos estão suspensos desde março, depois que a Polícia Federal deflagrou a Operação Zelotes, na sequência das investigações para apurar atuação de quadrilha suspeita de influir para a reversão de cobranças de tributos e multas. Há indícios de envolvimento de conselheiros. Os desvios já confirmados chegam quase a R\$ 6 bilhões, com prejuízo potencial aos cofres públicos de R\$ 19 bilhões.

O presidente do Carf, Carlos Barreto, reconheceu que o tribunal administrativo possui um “modelo diferenciado” e admitiu que alternativas precisam ser discutidas. Porém, avaliou que a paridade não é a um problema por si mesmo.

— Os resultados se mostram ora bons ora ruins, mas não é paridade em si que inviabiliza o modelo — sustentou.

A relatora da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que a sugestão de um novo modelo para o órgão deve surgir dos trabalhos da comissão. Segundo ela, além da própria composição, deve ser avaliada a desigualdade atual que impede o Fisco de recorrer à Justiça contra decisões do Carf que lhe sejam desfavoráveis, enquanto o contribuinte pode fazer uso da via judicial.

— É um modelo que favorece um lado em detrimento do outro — disse Vanessa.

José Pimentel (PT-CE) sugeriu que as demandas entre Fisco e contribuintes sejam resolvidas por negociação e arbitragem.

Segundo Paiva, o Ministério Público verificou que o Carf é uma instituição “anacrônica, ineficiente, burocrática e nem um pouco transparente”. O órgão, disse, “copiou o que há de pior” da estrutura do Judiciário, como os recursos.

— Não é à toa que um processo leva, em média, oito anos para ser concluído. É um tempo demasiado longo, pois os tributos não podem

ser cobrados enquanto durar o processo, o que dá prejuízos.

Segundo o delegado da PF Marlon Cajado, entre saques e depósitos, foram identificadas 163 mil transações suspeitas entre 2005 e 2013. Nas interceptações telefônicas, surgiram indicações de negociação para favorecer contribuintes, como grandes empresas. Ao todo, estão sob suspeita 74 processos.

Barreto reconheceu que as denúncias de desvios causaram estarcimento, mas disse que os fatos não são “corriqueiros” no órgão, e sim “anormalidades” que precisam ser apuradas e punidas. Ele informou que, na próxima semana, serão avaliados novos nomes de conselheiros, para retomar logo os julgamentos. Devem ser trocados 80% dos integrantes.

O presidente da CPI, Ataides Oliveira (PSDB-TO), informou que na segunda-feira a comissão recebeu cópia do inquérito aberto pela PF sobre a Operação Zelotes, inclusive com dados sob sigilo bancário.

Também participou da audiência o delegado da PF Oslain Santana.

Para Fátima, redução da maioria é ameaça aos direitos humanos

Fátima Bezerra (PT-RN) classificou como ameaça aos direitos humanos a proposta que reduz a maioria penal para 16 anos. A senadora acusou os defensores da redução de basear argumentos em dados manipulados.

— Se a população tiver acesso às reais informações sobre os índices de criminalidade, não será a favor dessa redução.

Para ela, a medida não reduzirá crimes e é um golpe contra jovens pobres e negros que sofrem com falta de oportunidades de educação e emprego.

Educação em Sergipe está abandonada, critica Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou a situação de abandono da educação em Sergipe. Os professores da rede estadual estão em greve há mais de duas semanas e 170 mil alunos sem aulas estão “à mercê do descaso” do governo do estado, que não concede os reajustes determinados por lei, disse.

— Sergipe atravessa momento preocupante em vários setores. Mas quando um governo se fecha e não admite diálogo, num total desrespeito com os professores, não podemos nos calar nem ser omissos.

Lira defende entrada de empresas estrangeiras na aviação civil do país

Raimundo Lira (PMDB-PB) anunciou ontem a apresentação de projeto com o objetivo de permitir a participação de empresas estrangeiras na aviação civil brasileira. Na opinião dele, a medida vai aumentar o número de empresas aéreas, o que intensificará a concorrência, diminuindo preços.

— A melhor forma de estimular a entrada de concorrentes no mercado é permitir que o capital estrangeiro possa investir no país, situação que geraria emprego, renda e menores tarifas para os brasileiros.

Governadores do Norte terão reunião com chineses, relata Gurgacz

Na próxima semana, autoridades brasileiras vão apresentar o potencial agropecuário de Rondônia e Mato Grosso ao embaixador chinês e empresários do país asiático, anunciou Acir Gurgacz (PDT-RO). O objetivo é mostrar aos chineses a região por onde poderão passar trilhos da ferrovia que vai ligar o Atlântico ao Pacífico, na costa peruana, disse o senador:

— Nos reuniremos em Ji-Paraná [RO] com os governadores de Rondônia, Mato Grosso, Acre e Amazonas para mostrar o potencial do Norte do país.

É preciso abrir a caixa-preta das estatais, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, negou ontem que o anteprojeto da Lei de Responsabilidade das Estatais seja uma interferência em prerrogativas do Executivo, conforme avaliou a presidente Dilma Rousseff. Ele insistiu que a medida é necessária para dar mais transparência às empresas estatais e responder às cobranças da sociedade:

— É papel do Legislativo fiscalizar o Executivo. O projeto é apenas para ordenar, dar racionalidade e transparência, abrir a caixa-preta e fortalecer o papel do Congresso na fiscalização.

O anteprojeto foi apresentado na segunda-feira por Renan e pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que criaram comissão mista para analisar o texto e apresentar proposta definitiva. A versão inicial determina que presidentes de empresas públicas passem pela aprovação do Senado. Também há mais exigências na nomeação de dirigentes, regras mais rígidas para licitações e novos instrumentos de controle interno.

— É uma resposta do Legislativo aos desalinhos das estatais — disse Renan.

Aprovada indicação de Sérgio de Assis Lobo à diretoria da ANTT

Por 50 votos a 6, o Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do engenheiro Sérgio de Assis Lobo para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em sabatina na semana passada, Lobo respondeu a questionamentos dos senadores sobre problemas nas concessões de rodovias. Ele admitiu a adoção de diferentes modalidades de concessão de rodovias, com obrigações variáveis da empresa concessionária e equivalente variação de valores dos pedágios. O engenheiro também explicou que ainda não foi definido o tipo de cooperação a ser firmado com o governo da China para construção de ferrovia ligando o Brasil ao Oceano Pacífico. Foi acertado apenas o estudo da viabilidade, disse.

Formado em engenharia civil, Lobo tem pós-graduação em administração de empresas. Foi assessor da diretoria da ANTT e atuou ainda no Instituto de Engenharia de São Paulo, na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e na prefeitura paulistana, entre outros.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ministério das Comunicações informou que famílias pobres serão beneficiadas com novo sinal. Transmissão analógica acaba em 2018



Zerbone, presidente do Grupo de Implantação da Digitalização da TV, fala na audiência presidida por Hélio José (D): desligamento gradual do sinal analógico

Governo promete conversor de TV digital a beneficiário do Bolsa Família

JÁ COMEÇOU A contagem regressiva para o fim da transmissão analógica da TV aberta. Até novembro de 2018, os transmissores analógicos serão desligados em todo o país. Em 25 de novembro deste ano, Rio Verde (GO) será o primeiro município no país a contar apenas com sinal digital. A mudança garante que os usuários tenham acesso a uma melhor qualidade de som e imagem, multiprogramação e interatividade. Por outro lado, exige que tenham um conversor ou uma TV com conversor embutido.

Garantir que todas as famílias, especialmente as de baixa renda, tenham acesso ao serviço é uma das preocupações que ficaram evidentes durante a audiência organizada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A meta de recepção em 93% dos domicílios foi estabelecida pelo Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired). Para diminuir a margem daqueles que podem ficar sem sinal de televisão em casa, o governo prometeu que os 14 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família receberão conversores de TV digital e antenas de graça.

De acordo com o secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Emiliano José, a preocupação

é assegurar a inclusão digital de todos:

— A política do governo tem uma preocupação essencial de que não haja duas TVs: uma para aqueles que têm maior poder aquisitivo e outra para os mais pobres. Essa conquista da TV digital deve servir a todos.

Consulta médica

O conversor interativo dará ao telespectador a possibilidade de acessar aplicativos e programas com facilidades como marcação de consultas médicas do Sistema Único de Saúde (SUS), vagas de emprego e extrato do Bolsa Família, entre outros serviços do governo. Esse é o objetivo do projeto-piloto Brasil 4D, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O programa foi apresentado pelo diretor-presidente da EBC, Nelson Breve.

Representantes das emissoras de rádio e TV temem que uma parcela da população que não recebe o Bolsa Família fique sem acesso a esses serviços e mesmo sem poder ver TV. Foi o que apontou o presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Luiz Claudio Costa. Segundo ele, mais da metade das famílias ainda tem TV de tubo. E nem todas têm condições de comprar uma TV digital ou um conversor:

— Nós queremos ter TV digital para uma fatia da população ou queremos ter TV digital livre e aberta para todos?

Com o desligamento do sinal analógico, haverá a liberação da subfaixa de 700 megahertz, que será utilizada para ampliar os serviços de telefonia e de internet 4G. O diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, teme a interferência do sinal 4G na TV digital. A mesma preocupação manifestou Walter Pinheiro (PT-BA).

Segundo Rodrigo Zerbone, presidente do Gired, a possibilidade de interferência é pequena se forem instalados filtros. Ele acrescentou que a Anatel, o Ministério das Comunicações e as emissoras estão trabalhando em conjunto para instalar uma rede complementar de antenas e retransmissoras que garan-

tam cobertura a todo o país.

Em cada cidade onde ocorrer o desligamento, a população começará a ser informada um ano antes, por inserções diárias na programação televisiva. A letra A vai aparecer no alto da tela para indicar que o canal ainda é analógico. Uma tarja com informações como a data do desligamento e as formas de tirar dúvidas sobre o fim da transmissão analógica também será veiculada. Dois meses antes, aparecerá uma indicação na tela com a contagem regressiva para o desligamento.

O telespectador pode tirar dúvidas por telefone (147) e pela internet (www.vocena-tvdigital.com.br).

A audiência foi presidida por Hélio José (PSD-DF).

Contagem regressiva

CRONOGRAMA DE DESLIGAMENTO	
29/11/2015	Rio Verde (GO)
3/4/2016	Brasília
mai./2016	São Paulo
jun./2016	Belo Horizonte
ago./2016	Goiânia
nov./2016	Rio de Janeiro
jun./2017	Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre
jul./2017	Salvador, Fortaleza e Recife
ago./2017	Campinas (SP) e Ribeirão Preto (SP)
set./2017	Vale do Paraíba e Santos (SP)
out./2017	Vitória e interior do Rio de Janeiro
nov./2017	São José do Rio Preto (SP), Bauru (SP) e Presidente Prudente (SP)
jul./2018	Manaus, Belém, São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju e Teresina
ago./2018	Campo Grande, Cuiabá e Palmas
nov./2018	Porto Velho, Macapá, Rio Branco e Boa Vista
25/11/2018	Data final para o desligamento

Telmário pede construção de UPAs em Roraima

Telmário Mota (PDT-RR) cumpriu ontem o ministro da Saúde, Arthur Chioro, por ter destinado mais de R\$ 56 milhões para custear 31 unidades de pronto atendimento (UPAs) em 30 municípios de 12 estados do país neste ano.

O senador lamentou que a população de Roraima não conte com nenhuma unidade, nem mesmo a capital, Boa Vista. Na avaliação de Telmário, isso é resultado da falta de compromisso dos governantes municipais para com o eleitor:

— São vários estados brasileiros recebendo R\$ 56 milhões que poderiam estar chegando a Roraima para beneficiar aquela população tão carente de uma saúde pública de qualidade.

Saúde da mulher precisa avançar no Brasil, diz Vanessa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) registrou em Plenário a comemoração, em 28 de maio, do Dia Internacional da Saúde da Mulher e do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna.

— O Brasil ainda tem longo caminho a percorrer para atingir níveis aceitáveis de morbidade e mortalidade. Além da violência, que afeta a saúde física e mental das mulheres, existem doenças e questões especificamente relacionadas à saúde feminina.

Ela frisou que a procuradoria zela pela defesa de direitos das mulheres e as representa em suas reivindicações. Titular da Procuradoria Especial da Mulher no Senado, Vanessa disse que o Brasil tem muito que avançar na questão da saúde da mulher.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Deputado Otavio Leite apresentou versão preliminar de parecer sobre MP do Futebol com diretrizes que, em sua visão, mudariam o rumo da gestão do esporte no Brasil

Relator quer lei de responsabilidade do futebol

O RELATOR DA MP do Futebol (671/2015), deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), apresentou ontem, na comissão mista que analisa a matéria, a versão preliminar de seu relatório, que, na prática, cria a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE). São 50 diretrizes que, no entender dele, visam “mudar o rumo da gestão deste esporte em nosso país”. Não houve leitura formal do relatório, apenas a apresentação de uma versão prévia, ainda aberta a sugestões dos parlamentares e da sociedade civil.

Entre as medidas sugeridas, a LRFE estabelece que o clube que não tiver a Certidão Negativa de Débito em dia será rebaixado da divisão em que está classificado, tanto em nível nacional quanto estadual.

— Não pode dever nem no passado, nem no presente. E tem que estar em dia com os pagamentos dos funcionários e dos atletas — informou Leite.

O texto também determina que no máximo 70% da receita bruta dos clubes deverá ser utilizada no futebol profissional.

— Esse limite cria a margem de 30% da receita bruta para que o parcelamento da dívida com o governo seja honrado — explicou o deputado.

Além disso, os estatutos dos clubes terão que prever o afastamento e a inelegibilidade dos dirigentes condenados por gestão temerária.

Otavio Leite também propõe a criação de uma nova loteria instantânea ou “raspadinha”, a Lotex, em parceria com a Caixa Econômica Federal. Segundo ele, a loteria ajudará



Otavio Leite apresenta o parecer na reunião da comissão de senadores e deputados que analisa a medida provisória

os clubes a honrarem o parcelamento dos débitos com o governo (hoje superiores a R\$ 4 bilhões).

Parte dos recursos arrecadados com a nova loteria deverão obrigatoriamente ser utilizados na iniciação

esportiva escolar e em cotas para “ingressos populares” em todos os jogos.

O relatório também prevê “escala de transição” no pagamento da dívida para os clubes que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão

e de Responsabilidade Fiscal do Futebol (Profut). O prazo de 240 meses para a quitação foi mantido, mas a cobrança da totalidade de cada parcela só passa a vigorar a partir do sexto ano (72 meses). Nos dois primeiros anos, será paga apenas a metade de cada parcela; no terceiro e quarto anos, 75%; e no quinto ano, 90%.

— Mas que fique claro que isso não é um abatimento. A diferença deverá ser honrada ao final, corrigida pela taxa Selic — explicou o relator.

Leite entende que essa fórmula garantirá um repasse inicial de R\$ 165 milhões por ano aos cofres públicos.

— Melhor do que nada, que é o que existe hoje. E o time que for inadimplente também não deverá mais se beneficiar de incentivos fiscais — disse.

Senadores sugerem alterações no relatório apresentado

Ao avaliar as mudanças no texto original da MP 671/2015, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse temer que a versão apresentada pelo relator tenha inconstitucionalidades que farão com que a moralização pretendida seja anulada. Ele observou que o novo texto vincula diretamente a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e as federações estaduais nas contrapartidas exigidas aos clubes, o que abre margem para que as entidades derrubem a medida na Justiça.

O senador defende o texto original, que vincula a participação dos clubes que

aderirem ao parcelamento das dívidas em competições geridas por entidades com gestão democrática e transparente. Também apoia a manutenção de cota mínima de investimento dos clubes no futebol feminino. Pela nova redação, o financiamento se daria por meio de nova loteria da Caixa Econômica Federal.

Zeze Perrella (PDT-MG) apresentou sugestões de mudança, que espera que sejam aceitas na versão final do texto. Ex-presidente do Cruzeiro, criticou o limite de 70% da receita bruta anual que um clube pode usar no futebol profissional,

o que considerou “uma ingerência estatal em instituições geridas como empresas”. Perrella também questionou a cota de ingressos populares a ser adotada pelos clubes que aderirem à Lotex. Mas defendeu o limite de 40% no direito de imagem como salário dos atletas e elogiou a ampliação do colégio eleitoral (incluindo os clubes da segunda divisão) nas eleições da CBF e das federações estaduais.

— Como é hoje, é impossível um presidente de clube ou qualquer pessoa fora do círculo da CBF se eleger. As federações vivem das mesadas distribuídas pela CBF.

Proposta livra clubes de jogos sem torcida

Torcedores dos clubes punidos por episódios de violência não poderão mais ser impedidos de comparecer ao estádio caso não estejam envolvidos com o episódio que motivou a punição. A determinação consta de mudança no Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/2003), encaminhada por projeto de lei da Câmara (PLC 121/2014) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Na prática, é o fim dos jogos com portões fechados como punição aos clubes.

— O foco [da punição] deve ser sobre os responsáveis pelos atos praticados, que devem ser punidos, inclusive, com pena de detenção. Mas hoje a punição alcança exatamente as vítimas da violência — comentou o relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

A mesma opinião tem o presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ). Para

ele, não é justo que os clubes e toda a torcida paguem pelos atos violentos praticados por alguns torcedores.

— Espero que a presidente sancione essa lei e os culpados pagarem pelos seus delitos e crimes — disse.

A proposta libera a entrada apenas daqueles que não estiverem envolvidos em agressões. Quanto às torcidas organizadas que promoverem violência nos estádios, continuarão a responder civilmente por danos causados e estarão proibidas de comparecer aos jogos do time.

Alvaro observou no relatório que a punição em vigor (partidas com portões fechados) prejudica também os torcedores do clube adversário.

O PLC 121/2014 ainda será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de seguir para o Plenário do Senado.

Comissão aprova fundo para esportes

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de lei (PLS 26/2015) do senador Romário (PSB-RJ) que cria o Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico. A proposta teve parecer favorável do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), e segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A intenção de Romário é transformar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio, em ponto de partida para lançar o Brasil como “potência mundial no esporte”.

— Tenho bastante consciência do que isso representará para o Rio. Vamos dar oportunidade a muitos jovens e crianças de lá — comentou.

Pelo projeto, o fundo, gerido pelo Ministério do Esporte, tem dois objetivos: financiar projetos de desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento e custear a manutenção da infraestrutura dos Jogos de 2016, sendo abastecido por repasses federais, dotações orçamentárias, doações, fundos de investimento regionais e 1% da arrecadação das loterias federais.

Romário recebe elogios por CPI da CBF

Na reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem, Paulo Paim (PT-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN), que é vice-presidente da CE, apoiaram a investigação no futebol brasileiro por meio da CPI solicitada pelo presidente do colegiado, Romário (PSB-RJ). Eles lembraram que o senador já havia se manifestado publicamente sobre supostos desvios e desmandos na CBF.

— Muito do que está aparecendo o senhor vem denunciando há muito tempo. Assinei o pedido de CPI e não tenho dúvida de que a bancada do PT estará ao seu lado — garantiu Fátima. Ao registrar “enorme satisfação”

em assinar o requerimento da CPI, Paim afirmou que a investigação era algo devido ao país há muito tempo.

A CE aprovou também requerimento de Donizeti Nogueira (PT-TO) para audiência pública sobre dificuldades de acesso dos jovens brasileiros à internet. O pedido foi motivado por problemas no acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que gerencia a oferta de vagas em universidades públicas para participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), que só pode ser acionado via internet.

Romário anunciou que a CE fará audiência com o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, na terça-feira.



Para Alvaro (E) e Romário (D), torcidas inteiras não devem ser punidas por ato de torcedores violentos

Foi sancionada ontem pela presidente Dilma, com dois vetos, a regulamentação das novas regras do trabalho doméstico. Entre as principais mudanças, está o pagamento de FGTS

Novos direitos para as domésticas viram lei

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, sancionou ontem a regulamentação dos novos direitos dos trabalhadores domésticos, que agora são obrigatórios por lei. Ela impôs dois vetos ao texto do projeto aprovado em maio deste ano no Senado.

O primeiro veto elimina a possibilidade de estender o regime de horas previsto na nova lei — 12 horas trabalhadas por 36 de descanso — para outras categorias, como vigilantes e transportadores. Para o governo, o dispositivo trata de matéria estranha ao objeto do projeto e submeteria a um mesmo regime categorias profissionais sujeitas a condições de trabalho distintas.

O outro item vetado retira a possibilidade de de “violação de fato ou circunstância íntima do empregador ou da família” ser motivo de demissão por justa causa. Segundo a Presidência, esse inciso é amplo e impreciso e daria margem a fraudes, além de trazer insegurança para os domésticos.

O texto sancionado (PLS 224/2013 — Complementar) regulamenta a PEC das Domésticas, transformada na Emenda Constitucional 72, aprovada pelo Congresso Nacional em 2013.

Regulamentação da jornada, de até 8 horas diárias e 44 semanais, pagamento de hora extra e possibilidade de dedução de despesas com empregados domésticos no Imposto de Renda do empregador são algumas das novas regras. Pelo menos 7 milhões de empregados domésticos deverão ser beneficiados.

A Câmara havia previsto a contribuição de 12% sobre o salário do empregado, pelo empregador, para o INSS. Mas o Senado retomou a proposta de 8%. A redução compensa a cobrança de 0,8% para um seguro contra acidentes e de 3,2% para um fundo a ser usado pelo empregador para pagar a multa de 40% sobre o

FGTS em eventual demissão sem justa causa.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) classificou a regulamentação como “projeto do bem”. Ele foi o relator da proposta apresentada pela comissão mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição. Para Jucá, os empregados se beneficiam com a conquista dos novos direitos; os empregadores, com a redução da burocracia para regularizar os domésticos; e o governo, com o aumento da arrecadação que deverá vir pela elevação do número de relações formalizadas.



Nova legislação beneficia cerca de 7 milhões de trabalhadores com direitos como hora extra e jornada semanal de 44 horas

Veja as principais mudanças



Definição e contrato

O emprego doméstico é caracterizado quando um empregado trabalha acima de dois dias na semana em uma mesma residência. Empregador e empregado firmarão contrato de trabalho que poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ambas as partes, desde que pago o aviso-prévio na forma que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O contrato de experiência poderá ter prazo inferior a 45 dias.

É proibida a contratação de menor de 18 anos para fins de trabalho doméstico.



Banco de horas

O trabalho que exceder 44 horas semanais será compensado com horas extras ou folgas, mas as 40 primeiras horas extras terão que ser remuneradas. As horas extras deverão ser compensadas no prazo máximo de um ano.



FGTS e INSS

Ao todo, o empregador pagará mensalmente 20% de alíquota incidente sobre o salário pago (8% de FGTS + 8% de INSS + 0,8% de seguro contra acidente + 3,2% relativos à rescisão contratual). Haverá multa de 40% em caso de demissão, que será custeada por alíquota mensal de 3,2% do salário, recolhida pelo empregador em um fundo separado do FGTS. Essa multa poderá ser sacada quando o empregado for demitido, mas nas demissões por justa causa, licença, morte ou aposentadoria, o valor será revertido para o empregador.



Jornada de trabalho

A jornada de trabalho é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, mas o empregador poderá optar pelo regime de 12 horas de trabalho seguidas por 36 de descanso. O intervalo para almoço vai de 1 a 2 horas, mas poderá ser reduzido para 30 minutos por acordo escrito entre empregador e empregado.



Supersimples Doméstico

Será criado no prazo de 120 dias após a sanção da lei. Por meio do Supersimples, as contribuições serão pagas em um único boleto bancário, retirado pela internet. O Ministério do Trabalho publicará portaria sistematizando o pagamento.



Férias e benefícios

- Os 30 dias de férias poderão ser divididos em dois períodos ao longo de um ano, sendo que um dos períodos deverá ser de, no mínimo, 14 dias.
- O seguro-desemprego poderá ser pago durante, no máximo, três meses.
- A licença-maternidade será de 120 dias.
- O auxílio-transporte poderá ser pago por meio de vale ou em espécie.
- O aviso-prévio será pago proporcionalmente ao tempo trabalhado.
- O trabalhador terá direito ao salário-família, valor pago para cada filho até a idade de 14 anos e para os inválidos de qualquer idade. Segundo a legislação do salário-família, o empregador deve pagar diretamente ao empregado e descontar de sua parte da contribuição social todo mês.



Viagem

As horas de trabalho excedidas pelo empregado durante viagens com a família do empregador poderão ser compensadas após o término da viagem. A remuneração será acrescida em 25% e o empregador não poderá descontar dela despesas com alimentação, transporte e hospedagem.



Acerto com a Previdência

Será criado o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos (Redom), pelo qual poderá haver o parcelamento dos débitos com o INSS vencidos em 30 de abril de 2013. O parcelamento terá redução de 100% das multas e dos encargos advocatícios e de 60% dos juros. Os débitos incluídos no Redom poderão ser parcelados em até 120 dias, com prestação mínima de R\$ 100; e o parcelamento deverá ser requerido pelo empregador no prazo máximo de 120 dias contados a partir da sanção da lei. O não pagamento de três parcelas implicará rescisão imediata do parcelamento.



Fiscalização

As visitas do auditor fiscal do Trabalho serão previamente agendadas, mediante entendimento entre a fiscalização e o empregador. Foi retirada do texto a previsão de visita sem agendamento, com autorização judicial, em caso de suspeita de trabalho escravo, tortura, maus-tratos e tratamento degradante, trabalho infantil ou outra violação dos direitos fundamentais.

Para Jucá, vetos feitos pela presidente Dilma não prejudicam os profissionais

Relator da Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais, que propôs o PLS 224/2013 — Complementar, Romero Jucá (PMDB-RR) celebrou a sanção da proposta pela Presidência da República. Para ele, os vetos ao texto não prejudicam os profissionais.

Jucá explicou que o empregador pagará, em guia única, todos os tributos e contribuições que vão garantir aos domésticos o seguro contra acidentes, o FGTS, a multa de 40% sobre o saldo do FGTS em caso de demissão sem



Waldemir Barreto/Agência Senado

justa causa, o adicional noturno e a hora extra. O senador lembrou que motoristas, caseiros e vigias, quando trabalham no âmbito familiar, são equiparados aos domésticos e passam a ter os mesmos direitos.

— O nosso projeto de regulamentação do trabalho doméstico foi aprovado na sua inteireza, com o Refis do empregado doméstico, com o Supersimples Doméstico, com o deferimento da multa de 40% e com a redução do INSS do empregado para diminuir o ônus do empregador doméstico — resumiu.

Ana Amélia ressalta igualdade de condições com demais categorias

Ana Amélia (PP-RS) também comemorou a publicação, no *Diário Oficial da União*, da lei que regulamenta os novos direitos trabalhistas dos empregados domésticos. Ela destacou que a legislação assegura à categoria os mesmos direitos já garantidos aos demais trabalhadores.

A senadora lembrou que em quatro meses o governo deverá disponibilizar aos patrões o Supersimples Doméstico, um sistema pelo qual serão pagos os benefícios da categoria, como INSS e FGTS.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Daqui a quatro meses haverá um Supersimples Doméstico para facilitar a vida do empregador, a dona de casa ou dono de casa, e a dos empregados domésticos — disse Ana Amélia, que foi relatora da proposta de regulamentação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A parlamentar explicou que todas as contribuições sociais que o empregador terá que pagar serão incluídas em uma guia única. Ela disse ainda que os vetos feitos pela presidente Dilma não alteram a essência da proposta.